

## Índice

Licença de paternidade flexível contribui para saúde da mãe .....	1
Eutanásia: “Não tem de se obrigar ninguém a justificar a sua existência” .....	2
“Una defensa del liberalismo conservador” .....	3
“A Vida de Brad” .....	4

### Licença de paternidade flexível contribui para saúde da mãe

Muitos países preveem licenças, de semanas ou meses, pelo nascimento de um filho, que a mãe e o pai não podem transferir entre eles – pelo menos em parte –, nem desfrutar ao mesmo tempo – a não ser nos primeiros dias. O objetivo é favorecer o envolvimento do pai nas responsabilidades domésticas e aliviar a desigualdade nos custos de oportunidade laboral, que sobrecarregam em grande parte a mãe. Mas o caso da Suécia mostra que, se for dada ao pai possibilidade de estar mais tempo com a mãe nos primeiros meses, a saúde dela melhora.

Foi o que averiguaram duas professoras de Economia de Stanford, Petra Persson e Maya Rossin-Slater, com um [estudo](#) publicado pelo National Bureau of Economic Research (EUA).

Dizem as investigadoras que, relativamente à saúde das mulheres que deram à luz, costuma-se centrar a atenção no sistema de saúde. Mas também tem influência o meio doméstico, onde a mãe passa a maior parte do tempo nos seus primeiros meses após o parto. E aí o fator provavelmente mais importante é o apoio do pai. Uma reforma das licenças por nascimento do filho implantada pela Suécia em 2012, deu a Persson e a Rossin-Slater a oportunidade de medir o efeito do pai, analisando os dados de saúde e laborais de casais que foram pais pela primeira vez antes ou depois da mudança.

Até 2012, um casal sueco a quem nascia um filho tinha direito a 16 meses de licença paga, a repartir entre a mãe e o pai, com um mínimo de dois meses para ele. Regra geral, ela e ele

tinham de assumir a licença de forma alternada: só podiam sobrepor-se durante dez dias, e nos dois primeiros meses.

Com tais condições, a opção natural era a que, de facto, assumiam quase todos os casais. Os dois desfrutavam dos seus dez dias de licença conjunta imediatamente após o nascimento; a seguir, ele regressava ao trabalho, enquanto ela continuava de licença durante mais 14 meses; depois, ele substituí-a. Quando o pai concluíu os seus dois meses, a criança já podia ser atendida na creche pública enquanto os seus pais iam trabalhar. Antes e agora, não gastando toda a sua licença, podem usar a parte que lhes resta de forma esporádica até aos 8 anos do filho: na prática, no verão, para abarcar os dias em que nenhum dos dois tem férias, mas as escolas estão fechadas.

A reforma de 2012 consistiu em ampliar para outros 30 dias, além dos dez previstos, o tempo de licença que pai e mãe podem desfrutar em simultâneo, e dentro do primeiro ano. Podem fazê-lo de modo intermitente, pelo que a família decide, consoante as necessidades do momento, quando aproveitá-los.

Na prática, é o pai quem utiliza esta flexibilidade, enquanto a mãe prossegue com a sua licença contínua do primeiro ano. Assim, naturalmente, aumenta o tempo que ele a acompanha em princípio; mas não muito: em média, os dias adicionais de licenças simultâneas aumentaram 4 % nos dois primeiros meses e 6 % nos seis primeiros.

Todavia, o efeito para a família é grande. Agora, o pai pode apoiar a mãe no tempo que se segue ao parto, mais delicado para ela, justamente quando tem especiais necessidades: por exemplo, porque está cansada ou deve consultar um médico.

Desta forma, anotam as autoras do estudo, pode evitar-lhe ou aliviar-lhe a solidão e a ansiedade que estão relacionadas com a depressão pós-parto.

Concretamente, entre as mães que deram à luz depois da reforma, baixaram 14 % as consultas médicas devidas a complicações; 11 %, a prescrição de antibióticos, e 26 %, a de calmantes. Essas são as médias; a diminuição é maior durante os primeiros três meses ou se a mãe tiver doenças anteriores ao parto.

As autoras concluem que a reforma apresenta um rendimento muito elevado: em troca de um ligeiro aumento de ausências do trabalho não programadas entre os pais, a saúde das mães melhorou claramente.

Daí Persson e Rossin-Slater terem extraído uma conclusão. O efeito do sistema atual deve-se não tanto ao aumento da licença disponível para os pais no primeiro ano, mas mais à flexibilidade para a utilizar. As políticas como a sueca anterior ou as que estão em vigor em muitos países, com períodos relativamente longos de licença exclusiva para o pai, pretendem reforçar o vínculo deste com a criança e a corresponsabilidade no trabalho do lar. Mas, ao não lhe possibilitarem estar em casa nos momentos em que a mãe recente tem maior vulnerabilidade, essas políticas podem contribuir indiretamente para que ela piore o seu estado de saúde ou se recupere com maior dificuldade.

Quanto aos objetivos dos sistemas de licenças sucessivas, dizem as autoras, não é evidente na literatura científica até que ponto são conseguidos. Em todo o caso, advertem, elas não o avaliaram no seu estudo.

R.S.

## **Eutanásia: “Não tem de se obrigar ninguém a justificar a sua existência”**

O norte-americano Ben Mattlin tem 57 anos e é jornalista *freelance* e escritor. Ou talvez, mais do que escritor, é “ditador”, mas não por ter impulsos autocráticos, mas porque é essa a sua forma de escrever: ditar para um computador as suas expressões para que as transforme em texto escrito.

Curiosamente, embora nunca tenha podido pegar num lápis nas suas mãos, as coisas não lhe têm corrido mal na profissão e publicou os seus artigos em vários dos mais prestigiados meios de comunicação social dos EUA. O não poder escrever com a sua própria mão, nem se pôr em pé, nem tomar duche, nem fazer autonomamente as atividades quotidianas, não o levou a pensar que “está bem, OK, já chega!”.

Mattlin, que se movimenta numa cadeira de rodas através de um dispositivo que controla com o seu queixo – recordam o coprotagonista de “[Amigos Improváveis](#)”? – conseguiu muito na vida, como ter-se formado *cum laude* em Harvard no ano de 1984, alcançar quase três décadas de casamento com a mesma mulher e ter descendência.

Evidentemente, nem tudo foi um mar de rosas. Houve problemas às vezes, como quando, anos atrás, um erro durante uma cirurgia lhe provocou um choque séptico que o deixou em coma. Os cirurgiões tiveram dúvidas, mas a sua mulher tinha a certeza do que Mattlin não queria: morrer, e disse-lhes que fizessem todo o possível para salvar-lhe a vida. *Full code*, em terminologia médica.

Por isso, ainda vive, apesar de que, ao vê-lo, algumas pessoas – incluindo vários médicos – se interrogam, por vezes sem nenhuma discrição, se não seria já melhor para ele “descansar” e deixar que a sua família “descanse”. Ele, contudo, prefere continuar na luta. Mattlin vive, trabalha, brinca e, além disso, disponibilizou-se a responder a algumas perguntas para a “Aceprensa”.

— *Qual foi o processo da sua doença?*

— *Em primeiro lugar, não considero que aquilo que tenho seja uma “doença”. Nasci com atrofia muscular espinhal, uma patologia neuromuscular congénita, pelo que nunca consegui ficar de pé, nem alguma vez andei pelo meu próprio pé. Andar sempre em cadeira de rodas tem sido o normal para mim. E é progressivo, o que implica que irei enfraquecendo com o decorrer dos anos, tendo sempre necessidade de ajuda para tarefas básicas, como tomar banho e vestir-me.*

— *Com que tipo de obstáculos deparou no caminho para a sua realização pessoal? Quais considera as suas principais conquistas?*

— *O maior obstáculo foi de atitudes, como quando optei por trabalhos que sabia poder fazer, e ninguém me contratava. Daí me ter proposto realizar tarefas em que podia trabalhar a partir de casa. Dessa forma, ninguém tinha de estar a par da minha deficiência.*

Na minha carreira publiquei centenas de artigos no “The New York Times”, no “The Washington Post”, na “National Public Radio” e noutros meios de comunicação, assim como dois livros até ao momento. Felizmente, também tive os recursos emocionais e económicos necessários para que tudo corresse bem. Estou casado há quase 30 anos, e a minha mulher e eu tivemos duas filhas, ambas hoje na casa dos vinte anos.

— *Falemos de eutanásia e de suicídio assistido. Existe uma certa aproximação “compassiva” ao tema, invocando a necessidade de “não ser uma carga” para os entes queridos. Sentiu pressões para pedir esta “saída”?*

— *Deparei com profissionais de saúde – médicos, enfermeiros, etc. – a insinuarem que poderia estar melhor morto.*

Talvez o tenham dito também outras pessoas, mas não me importo. As pressões são reais. Certas pessoas, como eu, somos caras para manter, visto gastarmos um volume desproporcionado de recursos da sociedade. E, nos momentos maus, quando a sociedade parece que nem aceita nem acolhe, às vezes senti que seria melhor morrer.

É precisamente isso o que me parece mais preocupante nas leis de eutanásia. Que com elas está a mensagem de que “sim, o suicídio é uma opção sã e racional para pessoas que se encontram marginalizadas ou que são dispendiosas aos outros”. Penso que a missão da sociedade é facilitar e melhorar a vida de todos os seus membros, não oferecer-lhes maus momentos nem obrigá-los a justificar a sua existência.

— *Uma lei de suicídio assistido faz com que, aparentemente, o assunto dependa da vontade do doente. Quais são os seus riscos?*

— O primeiro é que as pessoas serão convidadas a morrer por aqueles que não querem incomodar-se em mantê-las vivas. Isto pode incluir membros da família que têm pressa em receber uma herança, ou que não querem assumir a responsabilidade de lhes prestar assistência. Pode incluir igualmente médicos que sentem ter falhado porque não conseguiram “curar” uma doença, ou quem quer que esteja convencido de que acelerar uma morte é mais compassivo do que melhorar uma vida.

Em segundo lugar, talvez o risco mais perigoso seja o de que as próprias pessoas – os doentes, se os designarmos assim – se venham a deprimir tanto com as suas dores, as suas frustrações, a sua falta de objetivos, a sua desconexão dos seus entes queridos e da sociedade, que não vejam melhor alternativa do que solicitar o suicídio.

Pela minha parte, preferiria que fizéssemos um melhor trabalho; que oferecéssemos às pessoas com doenças e padecimentos crónicos, alternativas que lhes deem um melhor acesso a tudo o que a sociedade tem para oferecer e, portanto, uma razão para viver.

— *Que diria aos políticos que trabalham para difundir a prática da eutanásia e do suicídio assistido?*

— Que até não se ter vivido com uma incapacidade incurável, não é possível saber as pressões e a subtil coação que se sofre para renunciarmos à vida.

Pense-se nisto: quando alguém fisicamente independente e saudável sente vontade de se suicidar, reconhecemos a obrigação de intervir, ir à raiz da sua depressão, e procurar fazer com que a sua vida seja melhor. Mas quando se trata de alguém com uma deficiência ou um padecimento crónico, de repente consideramos que o suicídio é uma “escolha livre” razoável. E não é uma “escolha livre”: foi influenciada por inúmeras pressões, subtis e não tão subtis.

A maioria das pessoas com estes problemas receia aquilo que a existência lhes proporciona. Se ao menos soubessem que a vida com uma deficiência pode ser tão plena, enriquecedora e valiosa como qualquer outra, quase de certeza escolheriam continuar a viver. Mas se a nossa cultura não se esforça em ajudar estas pessoas, pessoas como eu, a alcançar vidas plenas, estará a fazer um mau favor a uma boa parte da população.

Aos políticos digo: não tenham pressa em abrir o caminho para a morte antes de terem feito os seus maiores esforços em proporcionar uma vida satisfatória às pessoas com deficiência.

L. L.

## “Una defensa del liberalismo conservador”

Autor: Francisco José Contreras  
Unión Editorial. Madrid (2018).  
171 págs.

Edmund Burke defendeu uma vez que, para canalizar as suas energias, os seres humanos precisam de ser limitados na sua liberdade. Este ensaio apresenta argumentos convincentes para pensar que, muito mais do que um alibi para o intervencionismo do poder, a ideia de que a liberdade não é um fim em si mesmo, mas um meio para a melhoria pessoal, é nuclear na doutrina jurídico-política que conhecemos como liberalismo.

Para o provar, Francisco José Contreras distingue com clareza o liberalismo clássico – continuador de uma cosmovisão onde a vida humana tinha um porquê e um para quê – do radicalismo e relativismo libertários, uma deriva não necessária do liberalismo original para a qual o importante é que a pessoa escolha, não tanto o conteúdo da escolha. A defesa da necessidade do primeiro tipo de liberalismo, as suas origens intelectuais, a sua tradução histórica na fundação dos Estados Unidos e a sua deriva autodestrutiva, são os eixos que estruturam o livro.

Apoiado numa rica bibliografia, Contreras critica fortemente o dogmatismo simplificador do liberalismo progressista ou libertarianismo, que “pretende resolver todas as questões sociais com duas ou três regras muito simples” (acordos voluntários, Estados reduzidos ao mínimo sem corpos intermédios, fanatismo de mercado). O liberalismo conservador, pelo contrário, é capaz de distinguir entre esferas heterogêneas regidas por lógicas diversas e aceitar, por exemplo, que o mercado não

deve reger todos os aspetos da vida. Além disso, os liberais-conservadores estão conscientes de que a liberdade política e económica é uma conquista frágil, que floresce num contexto moral e cultural específico “caraterizado pela força de instituições como a família e a vigência de valores como o respeito pela lei, o cumprimento dos compromissos, a previsão, a poupança, o labor, a *internalização da responsabilidade*”.

O crescimento do Estado no Ocidente contribuiu para desincentivar a autoexigência pessoal e o cultivo de certas virtudes e valores tradicionais. Para Contreras, “parece mais razoável considerar que aquilo que o Estado destruiu – ou contribuiu para destruir – não possa regenerar-se por seu turno sem uma certa colaboração estatal”. O que leva, no quinto capítulo, a uma luminosa explicação sobre até que ponto é possível ao Estado ajudar os cidadãos a escolher o valioso *sem* abandonar o quadro liberal. Uma operação delicada, exigindo assumir que as pessoas necessitam de “um perímetro de folga vital livre de coações externas” e, ao mesmo tempo, aceitar que o Estado pode ajudar as pessoas a cultivar a virtude, “proporcionando os alicerces jurídicos que consolidam o perfil de uma instituição” ou forma social (Joseph Raz). O exemplo mais claro seria o casamento, difícil de praticar no seu sentido clássico (conjugal, aberto à descendência) sem moldes vitais prefigurados pela cultura do nosso tempo e também pelas leis.

J. P. S.



## “A Vida de Brad”

“Brad’s Status”

Realizador: Mike White

Atores: Ben Stiller, Austin Abrams

Duração: 100 min.

Ano: 2017

Este filme toca numa questão essencial: qual o sentido da vida. Tudo gira à volta de um pai de família que vai acompanhar o filho às entrevistas de prestigiadas universidades como Harvard. Tem uma família feliz, vive num bairro elegante, tem emprego, mas de repente comete um erro: vai comparar-se com os seus antigos colegas universitários. Fazer comparações destas são uma armadilha, pois só se conhecem os outros pelo “exterior”, pelo que aparece nas redes sociais, pelo que dizem e fazem...

Pela sua imaginação voam pensamentos em que os outros são sempre melhores e bem sucedidos. No entanto, quando interage com eles “ao vivo”, constata que a realidade não é bem assim... Mas está tão convencido pelas histórias que imaginou, vir a ter dificuldade em aceitar os outros como são e a aceitar-se a si próprio como é... Vive angustiado, sem valorizar o que possui e o que alcançou. Por causa do filho, recorre a um dos seus colegas que o ajuda com prontidão e eficácia. No entanto, apesar dessa prova de amizade, tem uma enorme desconfiança para com esse colega e para com a vida...

Só quando ele deixar de viver para a “fachada” comparativa e começar a olhar bem para dentro de si, é que irá descobrir a verdadeira vida no seu esplendor...

### Tópicos de análise:

1. O valor pessoal não se mede em comparação com os outros.
2. A realidade exibida não revela a realidade vivida.
3. O contacto “ao vivo” fortalece as relações pessoais.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins  
Professor da AESE

